

Fracassa ação de prefeitos atrás de verba do Exterior

Contrato assinado com empresa uruguaia que prometia intermediar operação não tem valor

ROSA COSTA

BRASÍLIA — Fracassou a tentativa de 84 prefeitos em final de mandato de obter recursos externos, no valor de US\$ 180,82 milhões, sem se submeter às regras do Banco Central. O contrato que eles assinaram no início do ano com a empresa uruguaia M.B. Credit & Trust, que prometia intermediar a operação, não tem valor. O BC informou ao Senado que a transação ignorou as exigências da resolução que disciplina o endividamento de Estados e municípios.

Para o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), os prefeitos "foram vítimas de uma trapaga, que dará em nada". As prefeituras pagaram R\$ 3 mil para "formalizar" o contrato com a M.B. Credit & Trust. A impressão é de que foram ludibriadas pelas facilidades do acordo.

Sem aval — "A comissão não examina os pedidos desprovidos do aval do Banco Central", argumentou Miranda. Ele fez um alerta aos atuais prefeitos e aos que assumirão o cargo em janeiro: "Não se deixem enganar pelos escritórios ou por seus representantes que prometem facilitar a liberação de dinheiro para prefeituras". O senador lembrou que qualquer pedido de financiamento para Estados e municípios, quer seja no País ou no exterior, tem de ser aprovado pelo Senado e encaminhado pelo Banco Central, por intermédio do Ministério da Fazenda e da Presidência da República.

PEDIDO TEM DE
PASSAR
SEMPRE PELO
CRIVO DO BC



Miranda: "Eles foram vítimas de uma trapaga, que dará em nada"

O Banco Central transmitiu à CAE os resultados da investigação que realizou no Uruguai sobre a M.B. Credit & Trust. Segundo o documento, visitando o endereço da empresa — Calle Ituzaingo 1512, suíte 103, em Montevideu — constatou-se que se trata de "uma sala comercial onde funciona modesto escritório de representação". Não há informações sobre suas atividades.

O representante da empresa, Sérgio Botelho, limitou-se a encaminhar à CAE cópia da carta de 24 de junho, que endereçou ao Departamento de Capitais Estrangeiros do BC e a relação das 84 prefeituras que, segundo ele, "fazem parte de uma operação de eurocrédito securitizado". Ele não informou o nome de eventuais credores externos, nem o

valor do empréstimo de cada um das prefeituras. Estão em São Paulo 56 dessas prefeituras. Os municípios da lista, em sua maioria, são pequenos, como Jesuítas e Nova Laranjeiras, no Paraná; Várzea Branca, no Piauí, e Limeira do Oeste, em Minas Gerais. Londrina e Apucarana, no Paraná, Mossoró, no Rio Grande do Norte, e Taboão da Serra, em São Paulo, estão entre os oito que possuem mais de 100 mil habitantes.

A maioria dos prefeitos, como Antônio Naufel, de Mococa, e Luís Antônio Giantonassi, de São José do Rio Pardo, São Paulo, aguarda o dinheiro para aplicar em obras de infraestrutura e saneamento. Os contratos tinham como atrativo a promessa de que os juros de 4% são menores do que os da Antecipação da Receita Orçamentária (ARO). Só que não vão sair do papel. E não resta ao Senado outra alternativa senão a de arquivá-los por falta de procedimentos legais.